

CONV 164/02

WG II 4

NOTA

de: Secretariado

para: Grupo de Trabalho II

Assunto: Nota de síntese da reunião de 25.06.2002

A primeira reunião do Grupo de Trabalho sobre a Carta (Grupo II) realizou-se em 25 de Junho de 2002, entre as 14:30 h e as 16:30 h, sob a presidência do Comissário António Vitorino.

I. Programa e calendário dos trabalhos

1. Foi aprovado o seguinte **calendário** de trabalhos:

12 de Julho de 2002 14.30 – 18.30

23 de Julho de 2002 10.00 – 18.30

17 de Setembro de 2002 10.00 – 18.30

4 de Outubro de 2002 14.30 – 18.30

29 de Outubro de 2002 14.30 – 18.30

7 ou 8 ou 18 de Outubro (datas de reserva)

2. **Programa de trabalho:** O Presidente referiu os dois grandes temas afectos ao Grupo (integração da Carta e adesão à CEDH), já abordados na nota de reflexão CONV 116/02, que tenciona submeter sucessivamente à sua análise. No final dos trabalhos, o Grupo deverá tratar igualmente a questão do acesso ao Tribunal de Justiça e respectivas competências, questão que se prende com os dois grandes temas acima referidos e também já abordada na citada nota de reflexão.

3. **Audições.** Atendendo à natureza dos temas a tratar, o Grupo decidiu que ouviria representantes do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias e do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem. A pedido de um membro do Grupo, o Presidente comprometeu-se a desenvolver contactos com vista a ouvir igualmente os Directores-Gerais dos Serviços Jurídicos, respectivamente da Comissão, do Conselho e do Parlamento Europeu.

O Presidente anunciou ainda que, a fim de poderem ser ouvidos os representantes da sociedade civil, convocaria uma reunião suplementar do Grupo de Contacto dos Direitos Humanos na qual todos os membros do Grupo de Trabalho seriam convidados a participar.

4. **Línguas de trabalho.** Ficou acordado que nas reuniões dos Grupos de Trabalho só seria prestada interpretação em inglês e francês, em virtude de condicionalismos de carácter meramente técnico, e que, caso algum membro do Grupo viesse a declarar ter absoluta necessidade de se exprimir noutra língua, o Secretariado exploraria as possibilidades práticas que então se oferecessem.

5. **Acesso à reuniões.** O Presidente informou que, por uma questão de eficiência na condução dos trabalhos, o acesso às reuniões do Grupo ficaria para já limitado aos Convencionais (membros ou não do Grupo) e respectivos colaboradores que desejassem designar, não tendo no entanto excluído a possibilidade de o alargar ao público numa fase posterior dos trabalhos.

II. Modalidades e consequências da eventual integração da Carta nos Tratados – primeiro debate

6. O Grupo procedeu a uma primeira troca livre de impressões sobre este assunto, tendo focado nomeadamente as seguintes questões:
- Determinados Governos continuariam a reservar a sua posição sobre a questão política da integração da Carta, independentemente da análise técnica pelo Grupo das respectivas modalidades.

- Foi largamente compartilhada a apreciação segundo a qual não podia ser ignorado que o conteúdo da Carta foi definido pela Convenção anterior e que não convinha na presente fase dar-lhe nova redacção.
 - Foi neste contexto lembrada por vários membros do Grupo a legitimidade e representatividade da Convenção anterior e considerado que importava agora centrar a análise nas modalidades da integração da Carta num tratado constitucional ou numa constituição. Outros membros argumentaram todavia existirem diferenças entre uma aprovação da Carta enquanto declaração política e a possibilidade de lhe conferir valor jurídico, contexto este em que se levantariam certas questões, como designadamente a de saber se daí poderiam resultar novos direitos para os cidadãos ou novas competências para a União, ou ainda a das correlações da Carta com o Tratado e com a CEDH. Alguns membros interrogaram-se a este propósito sobre se as disposições horizontais actualmente vigentes seriam suficientes, tendo outros manifestado dúvidas acerca da utilidade de as debater novamente.
 - Foi assinalado que a Convenção anterior diferia da actual na medida que os países candidatos nela não haviam participado, não obstante terem sido consultados numa audição. Deste ponto de vista, foi observado ser talvez conveniente proceder a uma análise ou explicação das soluções encontradas pela Convenção anterior.
 - Foi levantada a hipótese de futuramente o Grupo analisar a possibilidade de prever um mecanismo de revisão da Carta.
 - O Grupo considerou conveniente proceder a uma apreciação, em caso de integração da Carta, da função do Tribunal de Justiça e da sua articulação com os órgãos jurisdicionais nacionais.
7. O Presidente concluiu sublinhando que este primeiro debate viera confirmar a conveniência de passar desde já à análise, segundo uma abordagem pragmática, dos diversos aspectos técnicos focados na nota CONV 116/02 e de determinadas outras questões levantadas, a ser ao longo dos trabalhos do Grupo em articulação com tais aspectos técnicos.
